

Luta contra o voto distrital une a esquerda

Os setores de esquerda, minoritários na Constituinte, estão articulando uma reunião para a próxima semana (provavelmente na quarta-feira) de modo a fazer um levantamento das questões às quais darão prioridade. Um dos pontos básicos será a luta contra a instituição do voto distrital misto, segundo adiantou ontem o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), explicando que tal modalidade de voto beneficia o poder econômico.



Os setores de esquerda, minoritários na Constituinte, estão articulando uma reunião para a próxima semana (provavelmente na quarta-feira) de modo a fazer um levantamento das questões às quais darão prioridade. Um dos pontos básicos será a luta contra a instituição do voto distrital misto, segundo adiantou ontem o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), explicando que tal modalidade de voto beneficia o poder econômico.

A reunião marca o início da articulação, em bloco, dos setores mais à esquerda, localizados nos pequenos partidos, a exemplo do que já acontece com os chamados "progressistas", conservadores e "modernos" dos partidos maiores. Haroldo Lima observa que a luta da esquerda está centralizada na campanha pelas diretas em 88, mas ao lado dela há outras, como o

combate ao arrocho salarial.

O combate ao voto distrital é um dos temas fundamentais, observou, por se tratar de uma modalidade de voto que "prejudica os pequenos partidos e os setores mais progressistas dos grandes partidos". Haroldo Lima observou que através do distrital misto se estabelece uma disputa majoritária, em distritos localizados, uma vez que só um candidato é eleito.

Progressistas

Haroldo Lima enfatizou que a esquerda está procurando articular sua luta na Constituinte junto aos setores progressistas, para não se isolar e para viabilizar um avanço. Ele observa que esse entendimento começa pela campanha por eleições presidenciais diretas em 1988, cujos organizadores se reuniram anteontem com a participação tanto do PDT como do PMDB, PC do B, PSB, PT e setores do PTB. Nessa reunião, todos os participantes (incluindo os líderes desses partidos) subscreveram a emenda que estabelece o pleito em novembro de 1988, a ser submetida à Constituinte.

Em relação à hipótese de o PC do B vir a participar, como já fez o PT, de uma reunião entre os progressistas do PMDB e "modernos" do PFL, Haroldo Lima informou que seu partido ainda não foi convidado e que, em relação ao PT, ficou sabendo que o deputado Plínio de Arruda Sampaio participou apenas como "observador".

Afif prega eleição de congressistas em 88

Porto Alegre — O deputado constituinte Guilherme Afif Domingos (PL-SP), defendeu ontem, em Porto Alegre, onde esteve reunido com empresários gaúchos, a redução do mandato, não apenas do presidente da República, mas também de todos os parlamentares do Congresso Nacional. "Tem muita gente em Brasília que condena o mandato do presidente Sarney, e que foi eleita pela mesma mentira".

Sendo assim, o deputado salientou que é a favor de eleições em todos os níveis do âmbito federal, em novembro do próximo ano, acrescentando que coloca o seu cargo "a disposição das urnas, no momento que for preciso".

Afif disse ainda que a origem do Estado brasileiro é "fascista-corporativista", partindo, segundo ele, do Estado Novo de Getúlio Vargas, instaurando na década de 30. No seu entender, é necessário rever os desvios do regime de 1930, para se reeditar aquele momento da vida política do País".

O deputado, um dos setes do PL na Câmara Federal, ressaltou que antes de se pensar em outra revolução, como a que instaurou o Estado Novo, deve-se promover uma evolução social e democrática.



Afif Domingos (PL-SP)

Por razões como esta, ele propõe, como exemplo, a criação de um sistema de segurança social para o trabalhador desempregado, observando que a proposta de estabilidade no emprego "é falsa, e partiu de radicais, apoiados por demagogos de plantão".

Guilherme Afif disse que prefere "um trabalhador sem emprego e assegurado por este sistema, do que um funcionário que boicota a produção, amparado pela estabilidade de seu emprego".

Deputado quer submeter monarquia a plebiscito

Até o dia 13 de agosto próximo, segundo revelou ontem o deputado Cunha Bueno, do PDS de São Paulo, chegará à Assembléia Nacional Constituinte uma emenda popular propondo o restabelecimento da monarquia no Brasil.

Cunha Bueno, autor de uma emenda monarquista — rejeitada na Subcomissão de Organização de Poderes e do Estado, na Constituinte — informou que aguardará a chegada da iniciativa popular, para tornar a defender essa idéia, perante os constituintes.

O parlamentar do PDS vai insistir na tese de que a monarquia — derrubada no Brasil por um golpe militar, conforme afirma — seja submetida a referendo popular.

Em sua opinião, os autores de propostas de referendo popular — como o presidente do Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), e o presidente do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva — sobre o sistema de governo em nosso País, querem

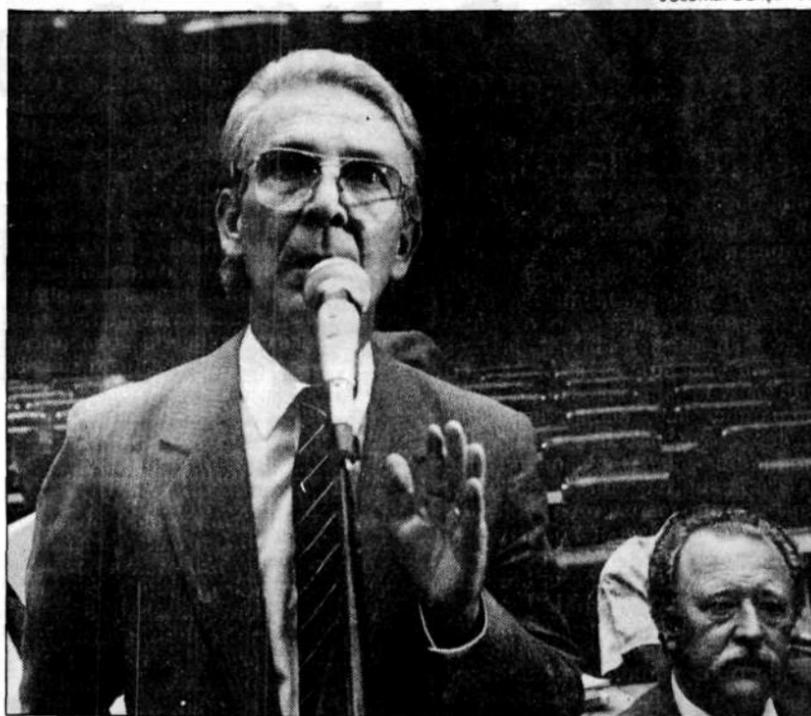
oferecer opções mais restritas ao povo brasileiro.

Ambos, conforme explicou, desejam que o Brasil se defina apenas entre o parlamentarismo e o presidencialismo, omitindo, portanto, a hipótese de opção em favor da monarquia.

O deputado Cunha Bueno referiu-se, ainda, à defesa feita pelo governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, acerca da realização do plebiscito nos mesmos termos da proposta de Lucena.

"Todos os defensores do parlamentarismo — prosseguiu o representante do PDS — parecem desejosos de instaurar um sistema de legitimidade política, da qual carece, aliás, o atual Presidente da República".

Na opinião de Cunha Bueno, essa mesma carência também afetou os primeiros Presidentes da República após a queda da monarquia, bem como o ex-presidente Vargas e os que ocuparam a Presidência nos últimos 20 anos de regime militar.



Amaury Müller quer sessão especial para examinar regimento

Muller contesta o regimento alterado

Mais uma polêmica se avizinha da Constituinte. Um dia após ter sido alterado o regimento interno, que permite a realização de três sessões extraordinárias por semana, onde seriam discutidos exclusivamente temas constitucionais, o deputado Amaury Muller (PDT-RS) exigiu ontem que seja convocada uma sessão especial para discutir as alterações, feitas pelo presidente da Mesa, deputado Ulysses Guimarães, a pedido das próprias lideranças partidárias.

De acordo com Amaury Muller, o Regimento Interno da Constituinte "foi atropelado", porque o deputado Ulysses Guimarães não obedeceu o artigo 34 do regimento, que trata da convocação de sessões ordinárias e extraordinárias da Assembléia. O parágrafo 80, do inciso III, desse artigo diz que: "Havendo ordem do dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias constantes, ressalvados os períodos reservados à leitura da ata e do expediente, os destinados a breves comunicações e às comunicações de lideranças, reduzidos pela metade".

Entretanto, nas sessões extraordinárias convocadas três vezes por semana e que começam no próximo dia quatro, não será dado tempo para as breves comunicações — pequeno expediente — e a comunicações de lideranças.

É aí que está a alteração do regimento interno, previsto no artigo 81, que diz que no caso da Mesa da Constituinte decidir alterar o regimento, deve publicar e distribuir o projeto, em avulsos, e convocar uma sessão, a realizar-se dentro de cinco dias, destinada à discussão da alteração, em turno único.

Polêmica

É por esse detalhe que o deputado Amaury Muller está se batendo. Segundo ele, o presidente da Constituinte teria que convocar uma sessão para fazer a alteração e não decidir sozinho. O deputado pedetista, que levantou a questão na sessão de ontem da Constituinte, diz que não é contra a convocação das sessões extraordinárias, mas quer que se cumpra o regimento. O presidente em exercício da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA) ficou de levar a questão para Ulysses Guimarães, que deverá analisar a matéria hoje.

Amaury Muller também foi responsável por uma segunda questão de ordem que levantou polêmica: os pedidos de requerimento ao Poder Executivo, onde os parlamentares solicitam informações sobre as medidas tomadas pelo Governo. Até agora, nenhum dos 71 pedidos encaminhados à Mesa, que tem por obrigação levá-los ao Executivo, conforme o regimento, foi atendido pelo Poder Executivo.

ARQUIVO 24/8/86

Mediuns já

Até mesmo os mediúnicos querem que suas idéias estejam impressas na nova Constituição. Os centros e grupos espíritas de todo o País, subscreveram uma emenda, onde ficam assegurados os direitos de prática de cura pela mediunidade. A emenda que foi apresentada com 60.458 assinaturas e segundo seus subscritores, representa a vontade de 910 instituições espíritas de 600 cidades brasileiras e 21 estados.

Primeira vez

Em pronunciamento na Assembléia Nacional Constituinte, senador João Menezes, vice-líder do PFL, declarou que é a primeira vez, na história do País, que se tenta elaborar uma nova Constituição, sem que se trabalhe sobre um projeto básico. «Estamos a fazer uma Constituição sem bússola, sem um ponto de orientação, partindo para fazê-la depois de uma eleição complicada, especialíssima, oriunda de um plano cruzado que deu os resultados mais inesperados neste País».

Clube sugere

Durante encontro realizado ontem pelo Clube de Engenharia, a entidade deu quatro sugestões, começando pelo monopólio estatal do petróleo. Sobre o contrato de risco, o Clube decidiu apoiar a redação dada ao tema pela Sistematização, que «clareia, de uma vez por todas, a inconstitucionalidade dos contratos de risco». Abordando a reforma agrária, a entidade reiterou que tem se manifestado, há muito tempo, pela aplicação imediata do Estatuto da Terra. Em relação à política mineral, o Clube de Engenharia sugeriu que cabe ao poder público adotar uma política que reserve as empresas nacionais a exploração dos minerais estratégicos, «conforme está definido em lei».



"Debate do mandato confunde"

Cafeteira vê prejuízo para Constituinte

São Luís — O governador Epitácio Cafeteira disse ontem que a discussão a respeito do mandato do presidente José Sarney e o sistema parlamentarista de Governo está sendo "altamente negativa" ao trabalho da feitura da Constituição. Acrescentou que não entende como as mesmas pessoas que estão engajadas na campanha pelas eleições diretas, agora, defendem intransigentemente a implantação do regime parlamentarista, "quando todos sabem que esse tipo de Governo não é eleito diretamente pelo povo, mas sim indiretamente, pelo Parlamento".

"O PMDB que propaga essa campanha, está fazendo uma grande confusão e mentindo ao povo, pois incorre em uma contradição proposital", ressaltou o Governador.

Segundo ele, nos países em que adotou-se o regime parlamentarista existem equipes de técnicos altamente qualificadas para atuarem na burocracia governamental. "Mas no Brasil, no dia em que for implantado um regime parlamentarista a primeira coisa que cada Ministro fará e demitir todos os funcionários graduados.